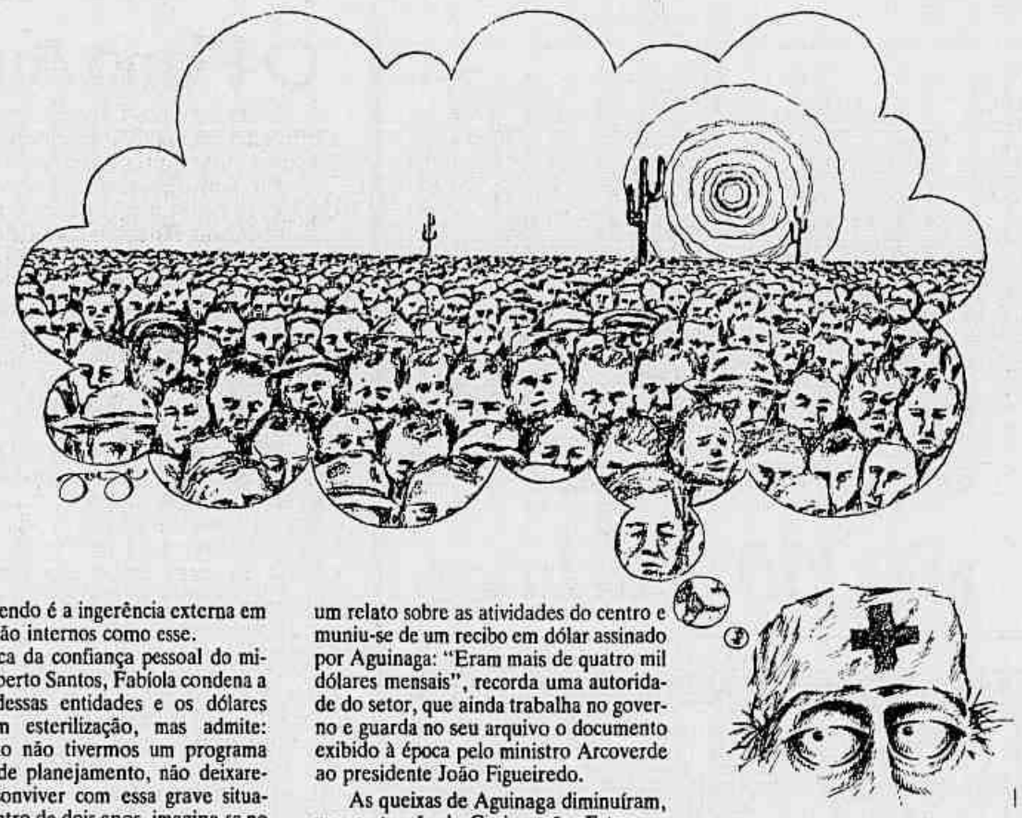
Recursos do exterior expandem planejamento familiar

Mirian Guaraciaba



Brasília — Com a sistemática omissão do governo na polêmica questão do controle de natalidade, quase duas centenas de empresas privadas, algumas multinacionais, estão sedimentando, com êxito, um eficiente trabalho de planejamento da família brasileira.

Financiados por governos, instituições e interesses estrangeiros, os centros, clínicas e programas montados ao longo dos últimos 20 anos vão da farta distribuição de pílulas anticoncepcionais à pesquisa em mulheres de baixa renda com produtos ainda não testados cientificamente. Atualmente, intensifica-se cada vez mais a irreversível ligação das trompas. Ninguém controla os recursos aplicados, nem mesmo o Banco Central, que tem a atribuição de acompanhar o montante recebido do exterior por essas entidades. "O dinheiro entra em forma de doação. É impossível fiscalizar", admite um técnico do Banco Central.

A secretária-geral do Conselho Federal de Medicina, Ana Maria Cantalice Linke, arrisca uma cifra. Num depoimento que fez em novembro, como participante de uma mesa-redonda sobre reprodução humana, ela foi enfática: "Entram US$ 300 milhões ao ano. Não há dúvida do que se vem montando em nosso país, desde a fundação da Benfam — Sociedade Civil para o Bem-Estar da Família — em 1965, um esquema de controle da natalidade."

O senador Severo Gomes (PMDB-SP) estremece com outros números: "Nós sabemos que as mulheres de baixa renda estão sendo esterilizadas em grande escala. A ausência governamental propicia a atuação dessas empresas. Alguma coisa deve ser feita". No ano passado, Severo denunciou, da tribuna do Senado, a esterilização em massa de mulheres brasileiras de baixa renda. Hoje lembra com ironia um aparte que concedeu a Roberto Campos, controlista assumido: "O senhor está nos dando uma boa notícia, senador" disse-lhe Campos.

Segurança Nacional

A liberdade com que atuam essas empresas que pretendem controlar a natalidade no Terceiro Mundo (além do Brasil, há programas idênticos em outros países americanos e africanos) provoca a ira da secretária nacional de Programas Especiais do Ministerio da Saúde, Fabíola de Aguiar Nunes: "É uma imoralidade. É inadmissivel." O controle da natalidade, segundo Fabíola, tornou-se uma questão de segurança nacional. O que estamos vendo é a ingerência externa em assuntos tão internos como esse.

Técnica da confiança pessoal do ministro Roberto Santos, Fabíola condena a atuação dessas entidades e os dólares gastos em esterilização, mas admite: "Enquanto não tivermos um programa nacional de planejamento, não deixaremos de conviver com essa grave situação." Dentro de dois anos, imagina-se no Ministério da Saúde, haverá um programa oficial: "Aí, ou essas entidades se enquadram ou fecharemos todos os centros", ameaça a secretária.

Desprovido de recursos financeiros e de poder político, o Ministério, sozinho, não terá força para desmontar o esquema controlista montado no Brasil. As investidas contra essas empresas não são recentes, e os efeitos até hoje têm sido praticamente nulos. Em 1981, o então ministro Waldyr Arcoverde determinou a interceptação, em diversos postos alfandegários, de lotes de laparoscópios — instrumentos utilizados para ligadura de trompas e diagnóstico de doenças uterinas. As encomendas eram do Centro de Pesquisa e Assistência à Mulher e à Criança (Cepaimc), com sede no Rio.

— De uma só vez, impedimos a entrada de 200 laparoscópios pelo aeroporto de Recife — lembra um antigo funcionário da Saúde. O diretor-presidente do Cepaimc, Hélio Aguinaga, sentiu-se atingido pela medida e queixou-se de perseguição ao então ministro-chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva. Chamado às falas, Arcoverde fez um relato sobre as atividades do centro e muniu-se de um recibo em dólar assinado por Aguinaga: "Eram mais de quatro mil dólares mensais", recorda uma autoridade do setor, que ainda trabalha no governo e guarda no seu arquivo o documento exibido à época pelo ministro Arcoverde ao presidente João Figueiredo.

As queixas de Aguinaga diminuíram, mas a atuação do Cpainc, não. Este ano, por exemplo, o Centro patrocinou, sob a proteção de um convênio assinado pelo ex-secretário de Saúde do Distrito Federal, Alberto Barbosa (derrubado por uma greve de médicos há duas semanas) cinco laparoscópios na rede de saúde pública. O governador José Aparecido admitiu a esterilização na rede pública, "sob critérios médicos rigorosos".

A secretária de Programas Especiais do Ministério da Saúde não se conformou: "Eu enviei um ofício a todos os conselhos regionais de Medicina lembrando que a esterilização de mulheres é criminosa e pode, civil e eticamente, ser enquadrada no Código Penal", informa Fabíola.

Interesse americano

O governo dos Estados Unidos não esconde o interesse controlista, mas a preocupação é outra: em recente conversa com técnicos brasileiros, o diretor-geral da Organização Pan-Americana de Saúde, com sede em Washington, o igualmente brasileiro Carlyle Guerra de Macedo, justificou a necessidade de um controle da natalidade radical:"Apenas 15 por cento da população mundial consomem 85 por cento da produção mundial de alimentos. Para os outros 85 por cento sobram 15 por cento. Como será isso daqui a 20 anos?"

O ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Diego Ascensio, visitou o ministro Waldir Arcoverde no final do governo Figueiredo e não fez rodeios: "Nós estamos interessados num programa de planejamento familiar." Arcoverde não se intimidou: "Eu preferia que o seu governo nos ajudasse a combater o mosquito transmissor da dengue e da febre amarela. O planejamento, embaixador, vai ser feito pelo governo brasileiro." O ministro, para constrangimento de Ascensio, foi além: "Se eu puder lhe pedir alguma coisa, gostaria de ter em mãos um controle do dinheiro que chega às dezenas de instituições estrangeiras que fazem aqui o controle da natalidade."

Asensio prometeu estudar apenas a questão do Aedes. Um mês depois, enviou um ofício respondendo negativamente. Na semana passada, repetiu-se praticamente o mesmo diálogo, em outro nível. Um graduado funcionário da Embaixada dos Estados Unidos fez uma visita formal a um alto assessor do ministro Rafael de Almeida Magalhães, da Previdência Social. Foi igualmente incisivo: "Gostaríamos de ver o Ministério da Previdência renovando os convênios que tratam de planejamento". O servidor não soube responder.

Esterilização supera pílula

Há convênios de todos os tipos, em todos os níveis. O maior número, entretanto, concentra-se nas prefeituras, na maioria do Nordeste. A Bemfam conta vantagem, num relatório que fez circular nos meios governamentais: já são quase mil acordos com municípios — 314 na Paraíba, 228 em Pernambuco, 203 em Alagoas, entre outros, onde está implantado o seu Programa de Assistência à Mulher.

Um estudo de 55 páginas do Conselho Estadual da Condição Feminina, de São Paulo, que traz na capa o carimbo do governo Franco Montoro, denuncia outros programas. O conselho paulista foi ver de perto o trabalho de 13 entidades que funcionam na capital. Seu relatório diz que somente em 1984 foram destinados a elas US$ 23 milhões.

A demógrafa Elza Berquó, da Universidade Estadual de Campinas, mostra números recentes, resultado de pesquisas e levantamentos feitos no interior de São Paulo e outros estados e comenta: "A esterilização no Nordeste já ultrapassou o uso da pílula. Há mais casais esterilizados, sem qualquer possibilidade de engravidar, do que mulheres tomando pílulas. Em Manaus, o índice de esterilização atinge 33% da população feminina; em Pernambuco, 18%; Rio Grande do Norte e Piauí, 17%; e São Paulo, 16%. Apenas na cidade de Rio Claro (SP) foram esterilizadas 38% das mulheres e 10% dos homens, o que corresponde a 44,4% dos casais em idade fértil".

No Distrito Federal, a cidade-satélite de Ceilândia já tem esterilizadas 15,44% de suas mulheres entre 20 e 29 anos e 51,6% da população feminina entre 30 e 49 anos.

Defeito de fabricação

Em Salvador, a historiadora e escritora Ana Montenegro, 65 anos e uma vida dedicada ao negro e à mulher, vem acompanhando com atenção os trabalhos do Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana, dirigido pelo médico Elsimar Coutinho, presidente da Associação Brasileira de Entidades de Planejamento Familiar, que congrega 25 instituições. Exigindo cópias de três anúncios que Coutinho publicou em jornais baianos, Ana Montenegro, exilada política, revolta-se: "Hitler está de volta? Estou assustada com tudo isso. Eu vivi a era de Hitler".

"Defeito de fabricação" diz o primeiro anúncio da clínica de Elsimar Coutinho. À figura de um negro, de olhos vendados, jaqueta aberta, um cordão de ouro no pescoço e um canivete na mão, o médico junta um texto de gosto duvidoso: "Tem filho que nasce para ser artista. Infelizmente, tem filho que já nasce marginal". Numa campanha em que pede dinheiro para o seu centro, onde faz experiências em homens e mulheres com produtos ainda não comprovados, Elsimar Coutinho orienta: "Para atender a casais despreparados para a vida, ignorante em termos de relacionamento sexual é que existem clínicas especializadas em planejamento familiar".

Elsimar Coutinho já foi investigado duas vezes pelo Ministério da Saúde. A primeira acabou no Conselho Regional de Medicina de Salvador. Deu em nada. A segunda bateu na Organização Mundial de Saúde que, depois de uma supervisão, concluiu em relatório reservado: "o Centro é de má qualidade".

Ana Montenegro faz sua análise: "Em vez de pão, pílula? As crianças trazem a miséria ou a encontram? Vamos resolver os problemas da fome, do desemprego e da reforma agrária controlando a natalidade? O Brasil ainda pode crescer, e mesmo sem controle da natalidade, estamos com a taxa de natalidade decrescendo anualmente.

O tema é polêmico. Dentro do governo Sarney, como em outros há os controlistas radicais, os moderados e os anticontrolistas. A Igreja, historicamente, se põe contra qualquer programa que imponha o controle da natalidade. Os médicos se dividem. A direita apóia, a esquerda condena. E o que poderia ser apenas um projeto pode virar um filme de verdade: em novembro de 1984, a **population communication**, sediada na Califórnia, enviou uma carta "aos roteristas brasileiros". Assinada pelo presidente, Robert Gillespie, o documento oferece contratos para a execução de um filme sobre superpopulação. "As histórias deveriam mostrar como camponeses e gente pobre se beneficiam tendo famílias pequenas", propõe o PC. E torna público seu objetivo: "A fim de que a população do Brasil se estabilize em seu número — 134 milhões — os casais deveriam ter apenas um filho nso próximos 30 anos."